

A Alfabetização na Zona Rural: Construção em Três Gerações

Área Temática de Educação

Resumo

Este artigo trata de trajetórias profissionais de três gerações de professores alfabetizadores. O objetivo foi relacionar as trajetórias com as metodologias e teorias que orientaram a alfabetização no Brasil nos últimos 55 anos. O tipo de pesquisa desenvolvido para a escrita das trajetórias foi a etnografia e a técnica de coleta foi qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa foi realizada como suporte a minha participação no Projeto de Extensão "Alfabetização e Cidadania: Projeto integrado para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental na zona sul do Estado do RS" no qual atuei como formadora de alfabetizadores em 2003 e 2004. Os resultados da investigação permitiram evidenciar quais os aportes teóricos e metodológicos que influenciaram essas três gerações de professores em seus procedimentos de alfabetizadores. A conclusão permite afirmar que de uma época em que a maior preocupação dos educadores era saber quais as técnicas e métodos mais adequados para "ensinar" passou-se ao desejo de compreender como as crianças aprendem. Permite também, afirmar que os conceitos e modelos norteadores dos processos de alfabetização, ao longo do tempo, foram influenciados por disputas de poder tanto na educação como na sociedade como um todo.

Autora

Cátia Simone Becker Vighi, Especializanda em educação/UFPel, Docente da rede municipal em Pelotas

Instituição

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Palavras-chave: alfabetização; trajetórias profissionais; zona rural

Introdução e objetivo

Os primeiros registros da escola pública, no Brasil, regidos por leis, datam de 1880. Nela, o ensino enfatizava a idéia de que ler se aprende escrevendo, baseado em técnicas de decodificação, limitando-se a produzir uma alfabetização mecânica que não se preocupava com a formação do aluno como cidadão. "Alfabetizar era apenas passar os rudimentos da língua escrita para outra pessoa. Aquele que conhecia esses códigos era considerado alfabetizado" (Barbosa, 1990).

No final de século XIX há em São Paulo a disputa pela hegemonia de projetos para o ensino inicial da leitura e da escrita. Nessa trajetória de conceitos, modificaram-se também os métodos e/ou processos utilizados para alfabetizar promovendo uma disputa entre os defensores dos métodos analítico e sintético dividindo a trajetória histórica da alfabetização no Brasil, em quatro momentos segundo Mortatti (2000).

Diante dos altos índices de analfabetismo de jovens e adultos no mundo e de elevado número de crianças fora da escola em países pobres, principalmente, em 1951, uma comissão de especialistas foi convocada pela UNESCO para realizar estudos concernentes e, a partir desses, foi considerado alfabetizado aquele que soubesse ler e escrever um bilhete simples - critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pesquisas para verificar índices de analfabetismo no Brasil, durante quase quarenta anos, embora, após oito

anos tenha sido divulgado outro conceito de alfabetização considerando alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever, com compreensão, uma breve e simples exposição de fatos relativos à vida cotidiana e, em 1960, novamente é ampliado o conceito de alfabetização dizendo que decodificar mecanicamente não bastava porque aquilo que é memorizado pode, também, ser esquecido e que a escola deveria formar sujeitos capazes de atuar na sociedade, participando da vida do país.

Em 1965 os ministros da Educação dos países vinculados a UNESCO definem o ato de alfabetizar como forma de preparação do homem para desenvolver um papel social, cívico e econômico, no ano de 1975 realiza-se o Simpósio Internacional de Alfabetização que a define como “processo de desenvolvimento individual e social” passando a ser vista como direito de todos os seres humanos incluindo a conquista da cidadania favorecendo, em 1979, estabelecer a relação direta entre o ato de ler e escrever e o desenvolvimento da pessoa e a construção de uma sociedade mais justa.

A intensificação de estudos e pesquisas acerca da evolução dos conceitos em torno da alfabetização se deu a partir da década de 80 com a concepção construtivista fundamentada na epistemologia genética de Piaget e nas pesquisas de Emília Ferreiro e colaboradores. A partir de 1990, com o propósito de atribuir um valor pessoal e social ao processo passa-se a veicular a idéia de que o cidadão deverá construir seu próprio conhecimento, trazendo para a escola a realidade do seu mundo. Esta década foi proclamada como a Década Mundial de Alfabetização.

A literatura começa a registrar resultados de estudos feitos a partir dessa teoria e alfabetizar passa a ser entendida como o ato de construir o conhecimento de forma a tornar o cidadão crítico e consciente. Tais considerações permitem ver a alfabetização em sentido amplo como fator de mudança de comportamento diante da realidade, que permite ao homem integrar-se à sociedade, de maneira crítica, sendo ele quem amplia e reorganiza a sua visão de mundo promovendo-se individual e socialmente, ou seja, a alfabetização deve ser um processo aprofundado e contínuo, pois diz respeito à leitura de mundo, a construção do saber e à compreensão da realidade que cerca os indivíduos e também, em sentido restrito no qual a alfabetização é a aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, capacitando-se o aluno a decodificar a escrita de maneira compreensiva. Sob esse ponto de vista alfabetizar passa a ser a tradução em sons as palavras escritas e codificar as palavras escritas em sons, ocorrendo a assimilação do significado global do texto lido. O leitor deve ser capaz de compreender as idéias do texto, pois a leitura não será apenas um ato mecânico. Para autores que estudam essa época, o conceito de alfabetização é entendido como parte de um processo de constituir-se humano, ao mesmo tempo individual e social (Peres e Tambara, 2003).

Atualmente vivemos mais um momento de evidência de um conceito: o letramento, que vem surgindo nos discursos de especialistas da área da Lingüística e tem merecido a atenção de educadores brasileiros como Soares (2000) entre outros, trazendo uma nova concepção de alfabetização que atenda às exigências da sociedade e apresentando a idéia de que a escrita traz conseqüências socioculturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social ou para o indivíduo que a utilize; em outras palavras, é adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita” (Soares, 2000).

Fruto de minhas inquietações acerca da alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental esse estudo é resultado de um processo de qualificação profissional para atuar no Projeto de Extensão "Alfabetização e Cidadania: Projeto integrado para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental na zona sul do Estado do RS" no qual atuei como formadora de alfabetizadores em 2003 e 2004.

Minha preocupação foi conhecer as diversas concepções e métodos que envolvem o processo de alfabetização de forma a significá-los em suas peculiaridades e fundamentar

cientificamente minha prática educativa com acadêmicas do Curso de Pedagogia que estariam em salas de aula da periferia urbana, alfabetizando jovens e adultos.

Descobri que existe uma caminhada histórica longa e significativa sobre o tema e senti a necessidade de realizar um resgate histórico sobre os métodos de ensino da leitura e da escrita, ou seja, recompor a história dos sentidos que, ao longo do tempo, foram sendo atribuídos à alfabetização (Mortatti,2000). Acreditei que era importante compreender os processos pelos quais passaram os modelos para servirem como parâmetros nas relações com a metodologia que utilizo atualmente.

Para tanto, além de recompor o referencial teórico existente acerca de métodos e processos de alfabetização, investiguei os conceitos e metodologias que subsidiaram o trabalho pedagógico de três gerações de professores alfabetizadores da rede municipal de ensino de Pelotas.

O objetivo foi, através da escrita de trajetórias profissionais dos interlocutores (Bosi,1979), realizadas através de entrevistas semi-estruturadas, categorizar os conceitos e métodos utilizados por eles e relacioná-los com o referencial teórico estudado. A delimitação do período cronológico (1947 – 2003) se refere ao intervalo existente entre o ingresso na carreira docente do meu primeiro interlocutor e o ano da realização da pesquisa.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados se organizaram a partir do desejo de valorizar a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa buscando compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, trabalhar com a práxis, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetiva, ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (Minayo, 1994).

A seleção de três professores da rede municipal de ensino de Pelotas obedeceu a um critério organizador – atuação em classes de alfabetização na zona rural – e a um critério estruturador de linearidade: três gerações.

Para coletar as informações, utilizei entrevistas semi-estruturadas e durante a transcrição dessas, relacionei os depoimentos com os referenciais teóricos existentes. A etnografia permite recompor e rerepresentar a qualidade das informações resgatadas através de fontes vivas que, repletas de histórias “guardadas” no íntimo das pessoas, são elucidadoras de uma época vista do particular sobre o geral. Realizadas em suas residências, através de anotações pertinentes e reescritas posteriores, o movimento de pesquisa possibilitou o cruzamento dos dados para compor o texto que se apresenta.

Resultados e discussão

Frederico é um homem de 83 anos, neto de imigrantes alemães. Até 21 anos de idade só sabia falar a língua alemã. Em 1947 começou a lecionar na zona rural do município de Pelotas em classes multisseriadas. Iniciando a sua carreira profissional como docente na época em que o Brasil vivia a “ditadura Vargas”, conviveu com a repressão e nacionalismo. Em 1958, participou de um curso de férias e prestou um exame para poder continuar lecionando.

No campo educacional, o governo getulista pregava, de modo enfático, o seu programa político e ideológico evidenciando “a formação moral, o trabalho, a alfabetização das crianças voltadas para o futuro cidadão brasileiro” (Peres e Tambara, 2003) sem muita preocupação com o ensino das habilidades de leitura. Frederico afirmou que não recebia programas de conteúdo para desenvolver e, para dar aula, baseava-se no ensinar a ler, escrever, contar e calcular as quatro operações. Alfabetizava baseando-se no método de soletração. Para aperfeiçoar seu trabalho comprava livros, com acesso limitado por questões financeiras e falta de contato com o mercado. Também utilizava um dicionário de Língua

Portuguesa e o Jornal Evangélico (com programação de eventos, informações e artigos sobre assuntos da atualidade). Dúvidas eram discutidas com os pastores, consideradas pessoas letradas.

O acesso aos meios de comunicação era precário: não havia aparelho de rádio nas residências e nem fontes diversificadas de leitura; as pessoas liam pouquíssimo e tinham acesso somente ao Jornal Evangélico e à revista Cruzeiro. Impressos eram dirigidos à população que tinha condições para adquiri-los.

Para ele ensinar era um meio de educar e a escola, um meio social de desenvolvimento da educação. Acredita que a criança aprende a conviver no meio da comunidade e se prepara para o futuro e, ao professor, cabe a responsabilidade e o comprometimento com a formação para a vida dos seus alunos.

A segunda interlocutora é uma mulher de 55 anos, filha de Frederico. Maria nasceu e foi criada “dentro” da escola no interior do município de Pelotas. É a segunda de oito irmãos, dos quais, outros três são professores.

Ingressou na escola em 1955, aos seis anos de idade, trazendo de casa o domínio da língua alemã, exclusivamente. Em seu período de escolarização sempre esteve em contato com o ensino tradicional que se baseava na reprodução e na decoração dos conteúdos, inclusive num sistema de castigos.

Começou a lecionar na escola pública em 1966 e, sentindo a necessidade de atualização, fez o curso normal de férias e frequentou seminários e cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

No início da carreira docente, como alfabetizadora, aplicou o método sintético da silabação, porém, em sua trajetória utilizou-se do método analítico, também, alfabetizou com diversas cartilhas e citou como exemplo: “Upa, cavalinho!”, “Ler a Jato” e “Caminho Suave”.

As orientações didático-pedagógicas eram distribuídas aos professores em reuniões mensais promovidas pela SME sob a forma de subsídios, contendo atividades das diversas disciplinas que compunham a grade curricular. Apesar disso, procurava, de forma discreta, valorizar a interação com o aluno e utilizava-se de recursos pedagógicos variados como material concreto, jogos, cartazes, flanelógrafo, fichas individuais, painéis coletivos, folhas mimeografadas e outros. Propostas inovadoras para a época e para o local - a zona rural - as pesquisas baseadas na observação do meio ambiente, produção textual coletiva, confecção da própria cartilha confeccionada coletivamente era baseada no método silábico.

Com a divulgação das idéias construtivistas foi escolhida para se qualificar junto ao GEEMPA, um Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação, cuja proposta didática é de oportunizar às crianças de classes populares dentro da escola, desde os primeiros dias de aula, o contato com todo o tipo de material impresso). Afirma que sentiu prazer ao perceber que a sua concepção de ensino tinha fundamentação e destacou a década de 80 como o momento em que a educação trouxe em seu bojo a proposta de dar liberdade de ação ao professor para adequar os conteúdos à realidade.

Ao reconstituir o período foi possível perceber as mudanças na educação e as reformas metodológicas: o primeiro momento caracterizado como o ensino tradicional que não respeita o saber do indivíduo e considera o professor como um técnico, detentor do conhecimento e transmissor de saberes instituídos; e o segundo como a introdução das idéias construtivistas, baseadas nas pesquisas de Piaget e de Emília Ferreiro, cujo fundamento principal é a construção do conhecimento através da interação (Franco, 1998). Pude perceber que a época histórica vivida no país (efervescência das idéias de Ferreiro e Teberosky) chegavam com mais concomitância às professoras e salas de aula e, também, que as escolhas metodológicas são agregadas a uma postura pessoal na educação, sem a qual qualquer método fracassa.

A terceira trajetória é o meu próprio bordado. Atuando hoje como professora alfabetizadora sou neta de Frederico e filha da professora Maria. Com 34 anos, nascida e

criada no interior do município de Pelotas, sou a primeira de quatro irmãos e a única atuando como professora. Como minha mãe, fui “criada” dentro da escola. Na infância sempre admirei ao preparar suas aulas, seu material pedagógico e seu interesse em ensinar e inovar.

Aos seis anos de idade, me alfabetizei. Aos sete anos ingressei na escola regular e cursei da primeira à quinta série em classe multisseriada. Para dar continuidade aos estudos, foi preciso me deslocar até a sede do município no qual cursei as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio cursando Magistério. Após dez anos de carreira (1998-2001) cursei Pedagogia – habilitação em Pré-Escola e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Ao iniciar a docência em alfabetização, procurei imitar minhas referências, utilizando o método silábico de alfabetização e algumas práticas inovadoras como a construção de cartilhas, o resgate dos aspectos sócio-culturais, econômicos, históricos e geográficos locais. Minha proposta pedagógica buscava priorizar as aulas integradas ou interdisciplinares, utilizando a cartilha e demais livros didáticos como suporte e construía o próprio livro de leitura e de Estudos Sociais com informações sobre a localidade e álbuns de família e de animais com os alunos. Os conteúdos matemáticos eram desenvolvidos com a utilização de materiais concretos como tampinhas e caixinhas. Atividades como aula-passeio e pesquisa local também eram realizadas.

Ao destacar os processos de alfabetização trabalhei, basicamente, com métodos de silabação por dez anos. Depois disso senti-me inclinada a modificar meu trabalho e do método sintético, passei para o analítico, apoiada na Psicologia e na Filosofia para as quais a construção da imagem parte da visão do conjunto para as partes o que corresponde “às leis da percepção infantil” (Mortatti, 2000), princípio que norteia o método analítico.

Na Especialização, uma etapa da minha trajetória de vida, pude perceber que os cortes bruscos em minha trajetória profissional, principalmente, o aperfeiçoamento na metodologia de alfabetizar, mudando do método sintético para analítico ou a “mudança no quadro de referências, estabelecimento de novas relações entre os dados, transformação na visão do mundo são fatores que explicam todas as demais rupturas: a ruptura na interpretação do fenômeno ensino, a ruptura na interpretação do papel da escola, a ruptura na concepção de como a criança aprende. E outras rupturas menores representando movimento dialético em que o bordado não se fez em linha reta e sim, em espiral” (Soares, 1991).

Na linha do tempo os interlocutores preencheram o espaço de 1947 a 2003 com a época de atuação vivenciando as diversas fases da conjuntura brasileira e gaúcha com reflexo na educação e na vida dos cidadãos. A trajetória de cada um é riquíssima do ponto de vista individual e social. Esse fato é visível ao analisar as suas narrativas carregadas de sinais que mostram as duas faces de um mesmo indivíduo numa relação de simbiose entre o eu homem e o eu professor: uma figura influenciada sobremaneira pela família na formação intelectual, cultural e religiosa inclusive na escolha da profissão, e pelas circunstâncias de cada época que é marca registrada evidente nos relatos sobre as limitações enfrentadas nas condições de trabalho, como por exemplo, os salários baixos, o deslocamento difícil, o material didático mínimo, espaços físicos inadequados, atendimento em classes multisseriadas, capital cultural dos alunos restrito. Não obstante a essas condições, o trabalho esteve em primeiro lugar, como fonte de sobrevivência e realização pessoal, pois sempre estiveram preocupados com a sua formação pedagógica.

É curioso observar que todos os interlocutores apresentaram em sua trajetória a marca do vínculo com o lugar de origem, a zona rural, me fazendo acreditar que ser professor oriundo de uma comunidade pode contribuir para o sucesso escolar dos alunos, quer seja pelo acúmulo de saberes sobre a realidade ou pelo senso de responsabilidade e comprometimento com aquelas pessoas com as quais a convivência é próxima. A vida profissional dos professores que aqui são estudados apresenta uma riqueza experiencial de comprometimento e de paixão pela profissão e pela educação e é decorrência do entrelaçamento coerente de

valores e de ações que formam a sua subjetividade e as influências na comunidade onde atuaram. São professores que criam laços de amizade e comprometimento não só com os alunos, mas com a toda a comunidade escolar e mostram que as limitações e condicionantes do sistema de ensino não os impediram possibilitar uma educação de qualidade para todos.

Detendo-me na figura dos interlocutores verifiquei que são pessoas constituídas de questionamentos e saberes formando seres ansiosos e inquietos e que têm a consciência de que ensinar exige o confronto com os desafios impostos pelos alunos, pela escola, pelo sistema educacional em si, a sociedade e a sua realidade, mas também, tem o compromisso com a construção do conhecimento. Embora, por vezes se depararam com a contradição entre os discursos e as práticas porque, com certeza, carregaram parte da sua formação e acrescentaram a ela os saberes que foram sendo interiorizados ao longo da vida e ainda esbarrando na falta de interesse numa educação para o futuro, por parte dos governantes que se preocupam com números e não qualidade e inflamam seus discursos a ampliação das oportunidades de acesso à escola, principalmente no Ensino Fundamental.

Conclusões

Quem somos, o que somos e a que chegamos é fruto de um passado rico em fatos capazes de explicar o presente, isto é, o hoje configurado a partir do ontem.

Encerrando uma “viagem” chego às conclusões de meus escritos que apresentam nas linhas e entrelinhas o passado e o presente “e ainda o futuro, porque o que foi e continua sendo, se lança, inevitavelmente, para o que deve ser” (Soares, 1991). Mergulhada, nesse passado/ presente/ futuro, eu sou participante e espectadora, personagem e narradora. As partes que constituem esse artigo são lances fotográficos de trajetórias emolduradas pelo contexto social, político, econômico e cultural brasileiro do século XX e suas influências nos processos de alfabetização.

Analisando a História da Educação é possível definir uma época em que a maior preocupação dos educadores e da sociedade era saber “como ensinar as crianças”, que técnicas eram apropriadas e quais os métodos mais adequados para isso. Atualmente esta preocupação está centrada na idéia de “como as crianças aprendem”.

Os conceitos e modelos norteadores dos processos de alfabetização, ao longo do tempo, foram influenciados por disputas de poder, ideologias e políticas, com a pretensão de consolidar paradigmas hegemônicos. Numa sociedade capitalista a educação reproduz os interesses do capital. Em nome dessa tradição percebe-se que muitas vezes as rotinas atravessam décadas fazendo parte da atualidade.

A atual situação da educação exige muita reflexão para que cada vez mais se busque a promoção do ser humano neste início do século XXI. Para desempenhar o papel do professor neste novo contexto, sua postura deve mudar. De dono absoluto do saber, o alfabetizador passa a ser mediador entre a bagagem cultural, o interesse e a necessidade do aluno, ou seja, o professor precisa ser um sujeito voltado às mudanças, pois à escola não cabe ensinar somente a ler, escrever e contar, mas também a tolerar e a respeitar as diferenças, a coexistir, a raciocinar, a comunicar, a cooperar, a mudar e a agir de forma eficaz qualificando, através da troca de experiências, a sua tarefa de educar formalmente.

Neste contexto está inserido o professor das classes de alfabetização que é, de todos, o que enfrenta logo de saída os maiores desafios frente ao “desconhecido”, ou seja, é o professor perante as expectativas da escola, dos pais, das crianças e as próprias; é o enfrentamento com os saberes docentes e os saberes do senso comum, e todos de uma vez, afastando grande número de professores das classes de alfabetização, principalmente porque é nesta série em que estão situados os maiores índices de reprovação registrados no Brasil. Desse modo, poucos acabam tendo longa experiência em alfabetização. Acredito que esse temor pode ser substituído por entusiasmo, se os professores trabalharem preparados e

conhecerem os vários aspectos e seqüências de sua tarefa, dominando os instrumentos de trabalho necessários. Os interlocutores são a prova disso.

Escrevendo, apresentando trajetórias de vida é possível perceber o movimento dialético existente no exercício da docência fazendo uma inter-relação entre os saberes. A escola já não é mais a mesma de tempos passados, ela muda adaptando-se aos novos tempos e como ela é, por excelência, o meio de socialização do saber e precisa desenvolver um trabalho que contribua para a formação do aluno como um todo harmonioso, ou seja, o corpo e a alma sendo estimulados e equilibrados em suas múltiplas inteligências através da livre expressão de seus interesses, sentimentos, preocupações, concepções e ideais, de maneira que seja respeitado.

Acredito que é urgente o professor se constituir como sujeito de sua ação pedagógica, tendo o aluno como parceiro nas atividades curriculares e ter consciência de que sua ação pedagógica não é isolada nem imune a experiências anteriores e a exigências de tantas outras posteriores. A mudança na educação pressupõe nova maneira de planejar, ensinar e organizar o conhecimento e avaliar. Ao pensar a educação cada professor deveria se perguntar: O que quero fazer dos meus alunos? Qual o tipo de homem que quero formar? Reafirmo a formação continuada como chave do sucesso para o profissional que necessita estar em constante busca de aperfeiçoamento como embasamentos teóricos para a ressignificação daquilo que conhece, pronto para transformar em saber as suas ansiedades e a dos seus alunos.

Referências bibliográficas

- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade; lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- MINAYO, Maria Cecília (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORTATTI, Maria do R. L.. Os sentidos da alfabetização. São Paulo: ENESP: CONPED, 2000.
- PERES, E. & TAMBARA, E. (orgs). Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX – XX). Pelotas: Seiva, 2003.
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- _____. Metamemória-memórias: travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 1991.
- Universidade De Caxias Do Sul. Alfabetização: espaços e desafios. Caxias do Sul: UCS, 1993.